

JOSÉ REIS

**OS SISTEMAS PRODUTIVOS
LOCAIS EM PORTUGAL:
UMA TRANSIÇÃO DIFÍCIL**

Maio de 1996
Oficina nº 73

JOSÉ REIS

**OS SISTEMAS PRODUTIVOS
LOCAIS EM PORTUGAL:
UMA TRANSIÇÃO DIFÍCIL**

nº 73
Maio 1996

Oficina do CES
Centro de Estudos Sociais
Coimbra

Os Sistemas Produtivos Locais em Portugal: uma transição difícil*

1. Introdução

São boas e particularmente justificadas as razões que levaram vários investigadores da realidade sócio-económica portuguesa a partilhar o interesse largamente difundido acerca das circunstâncias locais do desenvolvimento. Estas razões são sabidas e são de ordem geral: o espaço é um factor constituinte das dinâmicas económicas, na medida em que contém saberes e culturas técnicas, gera relações de interdependência entre actores locais e dá-lhes capacidades para se inserirem de modo mais forte em relações exteriores, de escala mais ampla do que a do meio que lhes serve de origem; o espaço é também, naquilo que representa enquanto produto e produtor de relações densas e estruturadas, um objectivo a ter em conta nas lógicas de organização das economias e nos processos de mobilização dos actores e dos recursos. E que, mais não fosse, existe sempre um elemento irrecusável da análise da economia que é a percepção da sua diversidade — a especificidade territorial faz sempre parte da matriz de relações económicas e é um factor favorável para aqueles que a usem como argumento de competitividade. É, portanto, por estas razões que o espaço ocupou um lugar de relevo na investigação recente. A primeira é quase uma razão prática, enquanto elemento de um método de busca realista do modo como as relações produtivas se tecem. A segunda é de índole normativa, e visa inserir as espacialidades nas finalidades da organização sócio-económica. A terceira é um indicador de bom senso e de atenção para a dimensão sub-determinada da globalidade económica.

Não é, contudo, deste discurso geral que me quero aqui ocupar. Vou antes procurar saber, num ponto breve, quais são as razões específicas que, no caso da economia portuguesa, apelaram mais fortemente para uma análise das questões espaciais e locais. Socorro-me para isso da leitura que faço das tendências gerais de evolução recente da economia portuguesa. Num segundo momento vou usar informação extensiva sobre a Região Centro para procurar avaliar o modo como se terão ou não consolidado, a uma

* Este texto, que serviu de base a uma participação no Seminário "Desenvolvimento Industrial e Território" (Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Março de 1996), decorre dos trabalhos do projecto de investigação "Internacionalização e modernização da indústria: o sector internacionalizado e os regimes tecnológicos", financiado pela JNICT e em curso no Centro de Estudos Sociais.

escala regional, as dinâmicas pressentidas a nível local. Finalmente, tentarei fazer um balanço, a dez anos de vista, das tendências reveladas por um sistema produtivo local que estudei anteriormente. Adianto já que a preocupação comum destes três planos de análise é tentar avaliar se a paisagem produtiva portuguesa actual se afasta ou se aproxima daquela, certamente qualificada, ofensiva e dinâmica, que resultaria do pleno desenvolvimento de sistemas produtivos locais. Esta última nota denuncia um pré-conceito (ou um preconceito...) da minha análise — penso, com efeito, que a noção de sistema produtivo local contém (e apela para) elementos qualificantes da organização produtiva (densidade, inter-relações, culturas técnicas, capacidades de representação e negociação colectiva) cuja plena realização contribuiria para a difusão de efeitos qualificantes a uma escala mais ampla do que os espaços originários.

2. Os territórios na paisagem produtiva portuguesa: tópicos soltos sobre os espaços produtivos em Portugal

Tal como acontece em muito da "mensagem territorialista" sobre o desenvolvimento económico, foi certamente pela atenção dedicada ao problema da diversidade da organização sócio-económica que a questão do espaço interessou particularmente a alguns dos investigadores portugueses da última década. Mas há uma circunstância mais substancial que o justificou. Trata-se da heterogeneidade estrutural de uma economia que genericamente se pode designar semiperiférica.

As hipóteses sobre o polimorfismo da sociedade portuguesa concorrem para aquela designação e foram usadas em vários campos disciplinares para esclarecer várias dimensões do funcionamento interno da nossa economia. É certo que elas são particularmente adequadas a situações em que o modelo económico é extensivo e os processos de normalização são menos intensos, mas é também verdade que estava em causa identificar a geração de dinâmicas endógenas e a capacidade de reordenação dos impulsos externos. O facto de, apesar da sua condição intermédia, Portugal ser uma economia de industrialização já antiga e relativamente estruturada, com uma pluralidade de zonas industriais e de lógicas de especialização, permitia também conceder atenção aos actores, às histórias industriais, à formação das especializações produtivas, ao significado das culturas técnicas existentes e ao modo como se geraram processos organizacionais para além da empresa (interdependências e sinergias produtivas de base espacial).

Foi devido a este conjunto de factores que a investigação económica se re-interessou pelos actores económicos, se comprometeu com o entendimento dos processos e acolheu temas como os da reprodução económica e social das famílias (as contas de rendimento,

as formas de actividade, o emprego), as formas de estruturação da economia (modalidades de inserção económica da agricultura, estruturas territoriais e articulações regionais), a compreensão da heterogeneidade do sistema económico (pobreza, hierarquias empresariais, diferenciações regionais do investimento, comportamentos locais do empresariado e da iniciativa)¹.

Quem se preocupasse com os processos materiais do funcionamento da economia portuguesa era frequentemente atraído por dinâmicas produtivas em que ganhavam relevo formas de industrialização em que se valorizava o local e as sinergias aí produzidas. A atenção aos movimentos internos da economia e à diversidade das acções aí identificadas era metodologicamente correcta, era justificada e constituía um caminho indispensável para a percepção das dinâmicas e das lógicas organizacionais da economias; correspondia também a uma ética de investigação preocupada com as escalas menores do funcionamento da economia.

É claro que tudo isto foi particularmente sugestivo num período da economia portuguesa em que a expansão e o funcionamento pela quantidade prevaleceram sobre as reestruturações, os ajustamentos, o funcionamento pela qualidade e mesmo sobre as restrições: o PIB cresceu a taxas significativas, as exportações também, a restrição cambial não se manifestou, o emprego não regrediu, a produção era facilmente validada pelos mercados.

A razão por que hoje é preciso reencontrar um novo sentido, uma nova escala e novas exigências para a valorização das dinâmicas internas da nossa economia — para a articulação dos seus espaços produtivos e para os movimentos locais de dinamização do emprego — é que o modelo extensivo em que elas encontravam a sua base principal se esgotou sem a "glória" da superação por uma modernização que engrandecesse.

A dimensão quase intersticial que possibilitaram muitas das dinâmicas; a ligação a uma agricultura quase invisivelmente transformada pela pluriactividade agrícola mas hoje posta em causa; os limites da extensificação do emprego e do tipo de interdependências locais criadas deixam-nos hoje perante um quadro que não foi totalmente superado por um outro em que se manifestassem novos dinamismos.

O problema é então saber como se estará a operar a transição deste modelo económico extensivo e pouco normalizado pelas restrições externas para um novo modelo com capacidades de difusão, em que predomine a inovação, a qualificação dos processos, dos produtos e da força de trabalho, a capacidade de competitividade através de outros factores que não os salários relativos, a reestruturação empresarial. São várias as razões

¹ Sobre alguma da literatura portuguesa mais significativa cf. J. Reis (1995a)

que justificam esta interrogação: as limitações do modelo extensivo estão à vista no bloqueamento do emprego, na crise de muitas empresas e de zonas industriais inteiras, na natureza excessivamente pontual, contingente e dependente de alguns dos investimentos criadores de emprego, designadamente os que resultam de investimentos estrangeiros. A somar a estas questões está ainda o facto de, quando se procede a uma análise global, não ser fácil distinguir aquilo que é o resultado ainda de procedimentos das lógicas anteriores (balões de oxigénio das zonas de especialização que têm dificuldades de se requalificarem, investimentos com processos de produção desqualificada e à procura de mão-de-obra barata, etc.).

No caso dos sistemas produtivos locais começemos pelos aspectos mais impressionantes. Julgo que, a juntar a outras razões já apontadas, os investigadores da realidade portuguesa que numa fase recente se interessaram pelos aspectos locais e espaciais do desenvolvimento não deixaram de ser também atraídos pelo facto de "haver alguma coisa no ar" que chamava a atenção para dinâmicas produtivas dispersas no território, para um adensamento de sistemas locais, para um alargamento da geografia do emprego industrial em Portugal. Já fiz este balanço noutra obra (J. Reis, 1995a) e não vem ao caso retomá-lo aqui. Mas parece certo dizer-se que a vitalidade de certas especializações industriais; a produção de interdependências locais muito visíveis que adensavam vários meios industriais (divisão local do trabalho industrial, formação de iniciativa nova através de formas activas de mobilidade profissional e social ascendente); o favorecimento de uma viragem exportadora construída na base do abrandamento da restrição cambial; os indicadores de animação da esfera da reprodução social, onde se inclui a "descoberta" da influência da pluriactividade agrícola sobre as esferas não-agrícolas, tudo isto, enfim, contribuiu para que a "realidade" fosse particularmente atractiva para explorar as hipóteses dos sistemas produtivos locais.

Mesmo para os investigadores mais prudentes e menos sensíveis às mudanças das conjunturas, faz sentido que perguntemos o "que há de novo nos movimentos locais de industrialização em Portugal?" (J. Reis, 1995b).

Quer os indicadores quantitativos de ordem geral, quer as imagens mais circunstanciais não concorrem muito para que se forme uma leitura abertamente positiva das evoluções registadas: faltam, como dado positivo, os "casos exemplares"; falta uma indicação clara de que o quadro produtivo regional ultrapassou as assimetrias mais fortes; falta também a prova de que, por efeitos de reestruturações ou de uma evolução gradual, a economia no seu conjunto se tenha requalificado e melhorado os factores de inovação.

O que subsiste, contudo, é um quadro de potencialidades. Num quadro geral de esvaziamento do interior mantêm-se alguns sinais de que a geografia da indústria não se

está a restringir ao litoral, de que se consolidam alguns sectores de especialização, se estabilizam e mantêm dinâmicas nalgumas das áreas industriais, de que há lugar a articulações de factores urbanos e de factores produtivos. A tentativa de verificação concreta deste tipo de problemas faz-se de seguida através de uma análise de informação sobre a Região Centro.

3. A Região Centro: espaços industriais, espaços exportadores e espaços de inovação

A Região Centro tem sido considerada como portadora de alguns dos dinamismos internos da indústria portuguesa decorrentes dos desempenhos económicos das pequenas e médias empresas, da vitalidade das zonas de especialização industrial, dos efeitos da industrialização difusa e das capacidades de alguns sistemas produtivos locais. Não é apenas relevante o facto de o seu interior também manifestar capacidades industriais (especializações antigas como a dos lanifícios, dinamismos recentes a apontar para novas especializações como os de Castelo Branco, casos locais de expressão pontual mas, ainda assim, capazes de formar eixos e ajudar a preencher o território quando há sinais ameaçadores de esvaziamento) — também é verdade que se estão a constituir zonas de transição litoral/interior que esbatem o significado desta fronteira (é o caso dos processos de Viseu e de Mangualde) e que o litoral manifesta um desenho muito sugestivo, a clamar por articulações fortes e estáveis entre zonas industriais comparativamente muito dinâmicas e espaços de regulação urbana valiosos no quadro nacional (Aveiro, Leiria e Coimbra ilustram estas situações).

Este quadro não pode, contudo, deixar de se relacionar com alguns dados estruturais inultrapassáveis, como é o que nos mostra que o PIB *per capita* regional em 1991 é 42% da média da União Europeia (exactamente o mesmo que acontecia em 1980), facto que a coloca a par do Alentejo como as únicas regiões do Continente português que na década de oitenta não registaram aproximação ao padrão comunitário². A recessão demográfica da década de oitenta (a população de 1991 regista uma perda de 2.4% em relação a 1981, numa tendência que também só o Alentejo manifesta, embora mais acentuadamente, -6.4%) mostra a mesma face da mesma moeda.

A facilidade de formulação de argumentos positivos inicialmente apresentados acerca da região não dispensa, igualmente, uma percepção mais rigorosa da estrutura espacial da

² O PIB *per capita* em paridades de poder de compra do Continente em 1991 era 60% da média da União Europeia (53% em 1980). Para as regiões, os valores para os mesmos anos eram, respectivamente: Norte, 54% e 44%; Centro, 42% e 42%; Lisboa e Vale do Tejo, 82% e 69%; Alentejo, 36% e 49%; Algarve, 52% e 48%.

indústria regional. É nisso que me vou concentrar e o que pretendo aqui começar a discutir é se, numa região onde se considera que as dinâmicas locais são significativas, se revela também uma geografia industrial com graus de articulação produtiva crescentes. Dito de outro modo, quero discutir se a estrutura empresarial industrial da região manifesta ainda sinais de que o seu núcleo mais dinâmico e articulado se reduz a pouco ou se, pelo contrário, terá havido lugar ao seu alargamento e consolidação. O significado desta discussão é sobretudo prospectivo (colocando metas para o futuro) e normativo (pondo condições qualificantes).

Vou tratar o problema recorrendo neste ponto a alguns dos resultados de uma investigação sobre a Região Centro que dirijo no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra: as fontes que sigo estão disponíveis com mais pormenor em trabalhos de dois investigadores deste projecto, Lina Coelho (1996) e João Tolda (1995).

Espaços industriais, exportações e especialização sectorial

Adianto desde já que os dados de que disponho podem ter um dupla leitura. Por um lado eles apontam para o facto de, numa análise extensiva, quer os espaços industriais, quer os espaços exportadores, quer ainda os espaços de inovação da Região serem limitados — mais do que seria de esperar da dinâmica qualificante de um território ponteadado por formas locais de industrialização. E não vem ao caso discutir agora, porque já o fiz no ponto anterior, se isto é um efeito das tendências gerais da economia portuguesa ou um efeito de raiz regional. Mas, por outro lado, os mesmos dados também merecem ser lidos numa óptica positiva em que se tomem em conta os potenciais sinérgicos revelados — e esses existem, como se mostra mais adiante.

Vou considerar, com base na consideração de diversas fontes estatísticas, que há na Região Centro cerca de 13000 unidades industriais (das quais cerca de 6000 são sociedades) e que o emprego industrial anda à volta dos 170000 postos de trabalho. O volume de negócios era em 1992 de cerca de 1000 milhões de contos (para um VAB industrial superior a 300 milhões de contos).

A cartografia da indústria (cf. mapa) dá-nos como primeira indicação sugestiva que podemos considerar como espaço industrial regional 31 dos seus 78 concelhos (cabem-lhe 85% do emprego industrial, 88% das vendas, 93% das exportações industriais e 67% da população residente), como espaço exportador 26 concelhos e como espaço de onde os investimentos realizados apontam para situações de reorganização industrial 16 concelhos (em outros 22 os investimentos são também significativos mas apontam para situações industriais emergentes).

Os ramos principais da região do ponto de vista do emprego são os do **têxtil e vestuário** (28% do emprego industrial regional, para um valor nacional de 31%), dos **produtos metálicos, máquinas não eléctricas e material de transporte** (18%, para um valor nacional de 15%), da **porcelana, faiança, olaria e produtos minerais não metálicos** (14%, para um valor nacional de 6%), da **madeira e mobiliário de madeira** (11%, para um valor nacional de 7%) e da **alimentação** (10%, para um valor nacional idêntico). Juntos, estes ramos constituem 81% do emprego regional, sendo o seu peso na indústria nacional 69%.

Já quando se aprecia, através do QUOL, a especial propensão da região para aqui localizar certos ramos industriais, são os das porcelanas, faianças e olaria (cujo QUOL é 2.7), vidro (2.3), outros produtos minerais não metálicos (1.9), artigos de matérias plásticas (1.8), madeira e cortiça (1.6) e produtos metálicos (1.6) que mais se salientam. É particularmente expressivo que o QUOL do volume de vendas destes ramos seja sempre (com excepção dos outros produtos minerais não metálicos) superior ao mesmo indicador calculado a partir do emprego (a diferença é particularmente expressiva no ramo das porcelanas, faianças e olaria (4.7 para 2.7).

Também é certo que se localizam preferencialmente na região "algumas das indústrias que mais cresceram no país no período 1982-92: é o caso das indústrias de minerais não metálicos, artigos de matérias plásticas e produtos metálicos" (L. Coelho, 1996: 12). Tomando em conta as vantagens em matéria de produtividade do trabalho, Lina Coelho concluiu que se localizam especialmente nesta região ramos que a dotam "de um núcleo competitivo a nível nacional, constituído pelas indústrias de fabrico de porcelanas, faianças e olaria de barro, fabrico de matérias plásticas, mobiliário de madeira e produtos metálicos, que representa quase 25% da indústria regional" (idem: 16).

A esta conclusão de índole sectorial corresponde outra de tipo espacial. Dentro do espaço industrial anteriormente referido é possível, atendendo a indicadores de industrialização e a situações de contiguidade espacial, definir quatro áreas industriais, dentro das quais se identificam núcleos relativamente estruturados:

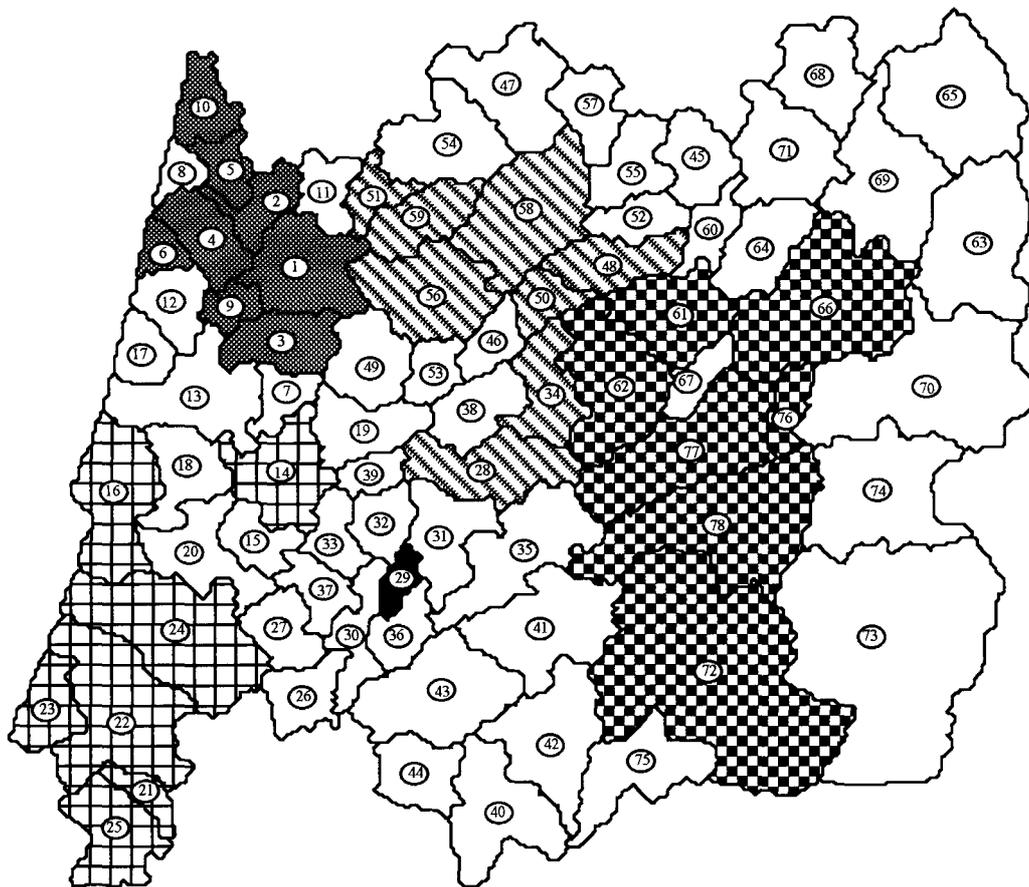
— Uma área industrial do litoral-norte, correspondente aos oito concelhos mais significativos do distrito de Aveiro;

— Uma área industrial do litoral-sul, correspondente aos sete concelhos mais significativos do eixo Coimbra-Leiria;

— Uma área industrial do centro-norte, correspondente aos oito concelhos mais significativos de um eixo que se inicia em Arganil e se estende até Mangualde;

— Uma área industrial do interior, correspondente aos sete concelhos mais significativos do eixo Guarda-Castelo Branco e que inclui ainda Gouveia e Seia.

O Espaço Industrial da Região Centro e respectivas áreas



▨ ÁREA INDUSTRIAL DO LITORAL NORTE

- 1 - Águeda
- 2 - Albergaria-a-velha
- 3 - Anadia
- 4 - Aveiro
- 5 - Estarreja
- 6 - Ílhavo
- 9 - Oliveira do Bairro
- 10 - Ovar

▩ ÁREA INDUSTRIAL DO LITORAL SUL

- 14 - Coimbra
- 16 - Figueira da Foz
- 21 - Batalha
- 22 - Leiria
- 23 - Marinha Grande
- 24 - Pombal
- 25 - Porto de Mós

▧ ÁREA INDUSTRIAL DO CENTRO NORTE

- 28 - Arganil
- 34 - Oliveira do Hospital
- 48 - Mangualde
- 50 - Nelas
- 51 - Oliveira de Frades
- 56 - Tondela
- 58 - Viseu
- 59 - Vouzela

▣ ÁREA INDUSTRIAL DO INTERIOR

- 61 - Gouveia
- 62 - Seia
- 66 - Guarda
- 72 - Castelo Branco
- 76 - Belmonte
- 77 - Covilhã
- 78 - Fundão

■ 29 - Castanheira de Pêra

Estas quatro áreas têm, para além de contiguidades geográficas, uma especialização metalomecânica na primeira, madeira na terceira e têxtil-vestuário na quarta; maior diversificação na segunda. E cada uma delas tem, além disso, um núcleo que sustenta as respectivas dinâmicas industriais e as da região no seu conjunto. Para a definição deste último levam-se em conta factores industriais mas também factores urbanos. A soma desses núcleos resume a 17 os concelhos com especiais capacidades de dinamização da economia da região.

A atenção para com o sector exportador completa a imagem de conjunto: o têxtil-vestuário, os produtos metálicos, as porcelanas-faianças-grés-olaria e as madeiras formam o núcleo principal das indústrias de exportação; as áreas industriais com maior intensidade exportadora são a do litoral-norte e as do centro-norte e do interior; o universo exportador é constituído por apenas 11% das empresas da região, que representam 69% das vendas totais e 61% do emprego.

Estas conclusões podem ter, de novo, duas leituras: uma é a que sobrevalorize o facto de se tratar de uma parte demasiado estreita da região, visto que dos 31 concelhos iniciais nos reduzimos agora a 17; a outra é a que prefira ver nesta delimitação uma identificação de possibilidades especialmente relevantes para organizar complementaridades produtivas e organizacionais e para estabelecer solidariedades espaciais no quadro de uma região suficientemente "preenchida". Contribui para esta última leitura o cruzamento que aqui deixámos estabelecido entre os argumentos espaciais e os sectoriais: de facto, à malha espacial corresponde também uma malha sectorial suficientemente diversificada e minimamente competitiva, quer quando a comparamos com as evoluções da indústria nacional no seu conjunto, quer quando a avaliamos pelo lado das dinâmicas exportadoras.

Inovação tecnológica e factores imateriais

É coisa sabida que a discussão das possibilidades de qualificação e inovação das economias regionais deve apelar para as relações das empresas e das capacidades produtivas instaladas com um conjunto largo de estruturas entre as quais se contam as universidades, as infraestruturas tecnológicas e de difusão da informação, as actividades de formação e aprendizagem, o associativismo empresarial, as redes urbanas e, em geral, todos os meios que valorizam o capital relacional dos actores económicos — trata-se do que poderíamos chamar *uma economia pública da informação e da inovação*. O problema básico tem, afinal, a ver com a possibilidade de, deste modo, se identificar e intensificar a densidade económica dos meios e promover a cooperação e as interdependências. Postas as coisas desta maneira é claro que a Região Centro tem capacidades assinaláveis, entre as quais se contam as suas universidades, as infraestruturas tecnológicas que acompanham algumas das suas especializações, uma rede de cidades médias que permitem considerar a

articulação litoral/interior, uma densidade significativa do associativismo empresarial e das funções de difusão da informação e, finalmente, uma estrutura produtiva diversificada. Sendo este o problema mais geral, vou apenas tratar aqui de questões mais elementares.

— Uma primeira questão tem a ver com a avaliação do grau de maturação da base produtiva da região, com especial atenção para o papel das formas locais de organização produtiva. A pergunta é a seguinte: que sinais há de que os investimentos industriais em inovação reflectem um avanço das economias locais no sentido de uma estruturação forte? Dados que permitem analisar aquele tipo de investimento mostram que ele apenas se pode considerar como de *reorganização industrial* em 16 dos 77 concelhos da região (os quais concentram 60% do investimento total e 63% dos projectos). Outros indicadores, como o que revela a densidade industrial dos concelhos, permitem dizer que estas são as situações em que se associa maturidade industrial e uma lógica orgânica e articulada de realização dos investimentos.

O que não é densidade da organização industrial e maturação é sinal de que os investimentos industriais na região prefiguram sobretudo uma lógica de industrialização nova, eventualmente menos auto-sustentada, pontual, e mais heterogénea. É esse o sinal dado pelos 22 concelhos onde os projectos de investimento são de mais elevada dimensão média e por trabalhador e onde, simultaneamente, os indicadores de densidade industrial das economias industriais apontam para uma menor maturação produtiva.

No conjunto estamos a falar do investimento de modernização em 38 concelhos (cerca de metade dos da Região Centro), que concentram a quase totalidade dos projectos. É este também um sinal de que a geografia industrial da região revela quer uma heterogeneidade grande dos desempenhos industriais, quer a presença de uma grande periferia.

— Ponto mais específico é o dos investimentos que contribuem para a melhoria do potencial tecnológico das empresas, através da aquisição e desenvolvimento de tecnologias, ou para a valorização dos factores imateriais de inovação. Dados da mesma investigação mostram que pelo menos 77% dos investimentos realizados ao abrigo dos incentivos da política industrial cabem na designação de "simples" modernização .

Há duas conclusões a tirar do que estes indicadores revelam: uma é que a concentração intra-regional deste tipo de investimentos é muito grande, o que pode confirmar a manutenção das periferias já apontadas; outra é que a integração entre os factores imateriais de inovação e os investimentos em equipamento não se revela muito forte, o que levou à conclusão de que predomina na região "um modelo de modernização tecnológica desintegrada e dependente". É essa a conclusão de João Tolda (1995).

A junção das duas perspectivas de investigação a que estou a recorrer — uma especialmente atenta à identificação dos espaços industriais e dos espaços de exportação da região; outra procurando identificar os investimentos e os factores de inovação que eles contêm — permite contudo verificar que se identificam na Região Centro 42 concelhos com especial significado industrial: ou porque investem acima de uma medida de referência regional, ou porque contribuem significativamente para o emprego industrial regional ou para as exportações. Significa isto que, de um ponto de vista extensivo, a região apresenta movimentos industriais internos significativos, capazes de formarem uma malha espacial larga e sempre com densidades mínimas. Como já vimos, a base sectorial é também positiva.

A soma dos vários concelhos revela quer processos de maturação industrial, quer emergência de novas industrializações, o que converge para a conclusão de que a geografia industrial se consolida e alarga. Mas já vimos também que se pode ler nos investimentos feitos uma lógica de desintegração (elevados volumes de capital apenas sobrepostos a mercados de trabalho débeis) de dependência (insistência na aquisição de equipamentos, fraco conteúdo inovador).

Não me preocupo, pelo menos por agora, em chegar a uma conclusão definitiva. Prefiro mesmo sublinhar a natureza provisória e condicional dos dados utilizados. Por isso, acho adequado dizer que estamos perante um quadro de transição construído sobre um alargamento da geografia industrial, sobre uma estrutura sectorial activa, sobre uma base exportadora também larga e sobre uma participação ampla no investimento de modernização. Que essa transição é difícil revela-o o facto de os núcleos mais estruturados destes processos serem relativamente limitados e de o quadro geral e estrutural de evolução da região não poder de maneira nenhuma ser visto como qualificante e ofensivo quando consideramos as suas perdas na participação no produto nacional e na população. Sem pretender resolver o problema, julgo que vale a pena uma incursão de índole qualitativa num estudo de caso que tomou a forma de um sistema produtivo local.

4. Um sistema produtivo local revisitado: a descrição de um impasse

Recordem-se os termos em que, há uma década, estudei Águeda enquanto sistema produtivo local (J. Reis, 1992). Os aspectos mais impressionantes eram uma grande densidade de pequenas e médias empresas; uma forte tendência para a iniciativa empresarial e, portanto, para o surgimento, quase como cogumelos, de novas unidades; um sector de especialização muito forte mas ele próprio gerador de diversificação

produtiva; situações de mobilidade profissional e social ascendentes possibilitadas pelo saber-fazer operário e pelas contiguidades que as economias de proximidade proporcionavam com os empresários já instalados; uma muito fácil legitimação pelo mercado, isto é, por uma procura externa de acesso fácil; um contexto favorável a fazer ouvir a voz e a assegurar a intermediação com o meio exterior.

As variáveis interpretativas também estavam mais ou menos estabelecidas: tratava-se de um sistema produtivo cujo *limiar de densidade* há muito havia sido ultrapassado, pois foi possível refazer uma *história industrial* longa na qual se revelou a importância de um *sector de especialização* com capacidades motrizes sobre todo o meio local; a existência de um *cultura técnica* local dava ao sistema flexibilidade dinâmica e tornava o seu mercado de trabalho bastante específico; um *sistema local de interdependências* produtivas acentuava uma *divisão local do trabalho* entre empresas e proporcionava a explosão da iniciativa; um *agente colectivo* local, a associação empresarial, dotava o meio de condições para a representação perante o exterior.

Os dados empíricos também são conhecidos: uma história industrial de que há sinais formais e objectivos desde 1909; um sector metalomecânico em que, "bem contadas", se podem referenciar quase 500 unidades de produção, pois encontram-se quase 200 empresas em nome individual que não é fácil ver incluídas na informação estatística mais extensiva; uma propensão constante para a iniciativa empresarial, que contudo se acelera muito fortemente a partir de meados da década de 60 e, sobretudo, de meados da década de setenta, até 1985; a presença de um Escola Técnica Industrial desde 1929; uma abertura exportadora forte (só menos de 30% das empresas declararam num inquérito que não exportam); um forte grau de interdependência entre as empresas metalomecânicas locais (pouco menos de 80% declaram que destinam algumas das suas vendas a outras empresas locais); um peso forte do fabrico de produtos intermédios na actividade das empresas; uma escassa presença do capital estrangeiro.

A natureza deste sistema produtivo local também se tinha como razoavelmente conhecida: era um sistema como um grau de articulação interna superior a muitas outras situações de simples industrialização local; tinha particularidades positivas que lhe advinham das qualificações da mão-de-obra, do sector de especialização e das inter-relações produtivas estabelecidas; apesar do que o diferenciava no plano nacional, as suas dinâmicas não podiam se dissociadas do modelo de funcionamento extensivo próprio de uma economia semiperiférica; as potencialidades reveladas pelo sistema dependiam do preenchimento de condições para o futuro, e entre elas contavam-se necessariamente as capacidades para estabelecer lógicas de cooperação internas muito mais fortes do que as que até aí tinham dinamizado o sistema, para estabelecer novas relações com o ambiente externo,

especialmente com as sedes principais do sistema científico e tecnológico nacional, em suma, para criar economias de inovação mais estruturadas.

Os sinais contraditórios da evolução recente

É este teste que vou procurar fazer de imediato. E a primeira questão que considero é a da posição de Águeda no consumo de políticas nacionais de modernização industrial (para o caso o PEDIP e o SIBR no período 1988-1992). Em todos os cinco programas ou sub-programas que vou analisar (o programa da formação profissional, os sub-programas de aquisição e desenvolvimento de tecnologia e de investimento em modernização de equipamentos, e os programas onde são centrais os factores imateriais, como o das missões de produtividade e o da qualidade e do *design*), Águeda encontra-se sempre entre os seis primeiros concelhos da Região Centro que mais investiram em cada um dos domínios. Nos investimentos de modernização (sub-capítulo 2 do PEDIP e, quando aplicado, SIBR) Águeda é o 6º concelho da região em volume, mas há a registar aí a presença de dois concelhos (Ovar e Cantanhede) em que os respectivos valores se encontram muito concentrados pela presença de grandes empresas. Nos outros programas, Águeda é pelo menos o 4º concelho e, sobretudo, é o único que aparece sempre entre os maiores consumidores das cinco medidas. Mesmo não considerando o peso interno ao universo industrial do concelho, parece que faz todo o sentido dizer que este sistema produtivo local mantém e porventura reforça a sua capacidade de investimento e de modernização no quadro de uma região que, como se sabe, tem uma base produtiva diversificada e faz assentar as suas dinâmicas numa pluralidade de formas locais de organização industrial. Além disso, se faz sentido falar de uma lógica de articulação das várias medidas do PEDIP, então pode dizer-se que, pelo menos em termos relativos, ela existe em Águeda.

O segundo conjunto de questões que vou comentar tem a ver com os indicadores mais gerais de caracterização do sistema produtivo. Entre 1985 e 1991 o número de estabelecimentos industriais aumentou de 28%, tendo os de menos de 10 trabalhadores aumentado 43%; o emprego industrial continua a ser o mais dinâmico, tendo crescido 31% neste mesmo período, o que significou a criação de mais de 3500 novos postos de trabalho, quase 2/3 dos quais na metalomecânica; a feminização do emprego industrial cresceu muito e situa-se em 44%; a taxa de desemprego é baixa (4% em Julho de 1994) mas aumentou 137% entre 1991 e 1994; o ritmo de criação de emprego desacelerou de 1988 para cá; à fase de desaceleração da criação de emprego corresponde um reforço das características de um tecido de PME's, pois o acréscimo percentual do número de empresas foi maior do que o do emprego, e a dimensão média em 1992 regressou ao valor de 1985 (35 pessoas); há convulsões do emprego muito fortes na indústria têxtil e

do vestuário; outros sectores significativos da especialização industrial (madeira e cerâmica) reforçam o seu peso aumentando a sua dimensão média. Por sua vez, o crescimento populacional não foi muito significativo, pois apesar de ter sido positivo (1.9%) e superior ao da Região Centro, ficou contudo muito aquém do registado no Baixo Vouga (4.1%), para já não referir os concelhos desta NUT em que se atingiram valores próximos de 10% (os concelhos de Aveiro e de Ovar, por exemplo). A taxa de actividade do concelho é das mais elevadas (49% em 1991), o mesmo acontecendo com a taxa de feminização do conjunto da economia (41%) e com o emprego no sector secundário (61%); entre 1985 e 1991 as remunerações médias mensais (oficiais) ultrapassaram as do distrito de Aveiro, o mesmo acontecendo com as da indústria; a *ratio* trabalhadores qualificados/não qualificados no secundário manteve-se neste período mas é apenas semelhante à média do distrito e o peso das qualificações superiores é inferior àquela média; a baixa escolaridade predomina entre os trabalhadores. As conclusões que se podem tirar daqui são contraditórias: há sinais positivos, como as melhorias do nível relativo dos salários, a significativa criação de emprego e a baixa taxa de desemprego; há sinais negativos como a emergência de tendências de formação de desemprego, a estagnação das qualificações e a baixa escolarização da mão-de-obra; há sinais que necessitam de ser melhor contextualizados, como o crescimento da feminização da indústria.

É deste propósito de melhor avaliação de dados de natureza quantitativa que me ocuparei agora propondo uma discussão acerca das evoluções recentes do sistema produtivo.

Especialização e capacidades produtivas

O facto de Águeda constituir um caso especial de um sistema produtivo local que ganhou grande "densidade" num período recente, os anos setenta e oitenta, e de se ter baseado num grande universo de pequenas e médias empresas, de raiz endógena, com um sector de especialização e uma cultura técnica industrial comum, tudo no quadro de uma história industrial relativamente longa, faz esperar que os sinais da sua capacidade de inovação sejam fortes. Mas, não se pode negar que se têm revelado muitos *sinais de esgotamento da dinâmica do sistema produtivo* local (J. Reis *et al.*, 1996). Não apenas porque se deparam situações de crise acentuada, embora localizadas em sectores que não são os que dinamizaram o processo anteriormente referido, mas também porque surge uma imagem cada vez mais nítida de esgotamento daquela dinâmica, sem que seja visível a emergência de outra, alternativa.

De facto, se aquela dinâmica do sistema foi a que é própria de uma fase de expansão da economia e de um certo alargamento dos mercados, torna-se agora necessário verificar

quais as tendências que estarão a contribuir para o "aprofundamento" de uma nova qualidade do sistema. E se é certo, também, que uma das características do adensamento do sistema industrial foi a divisão de trabalho e as interdependências criadas entre várias empresas do mesmo sector, num nítido processo de especialização que evidenciava a expansão, o alargamento, do próprio sistema, é hoje também claro que, apesar das excepções, este processo não evoluiu para fases mais qualificantes, antes se cristalizou na especialização de competências relativamente banais. É por isso, aliás, que o papel de absorção de mão-de-obra que se continua a reconhecer ao sector metalomecânico se manifesta quase exclusivamente nos trabalhadores indiferenciados e, de certo modo, na força de trabalho feminina.

Os impasses do sub-sector de bicicletas e motorizadas

Sendo o sector metalomecânico o que especializou o sistema local e consagrou os processos acima apontados é nele que importa encontrar o sentido das evoluções recentes. Dentro da metalomecânica tem especial relevo aquele que localmente é chamado o "sector das duas rodas": produção de bicicletas e motorizadas e respectivas peças e componentes.

A produção de motorizadas conheceu uma forte retracção dos mercados, quer do interno, quer dos de exportação. Os problemas em empresas como a Famel indiciam-no. Ao mesmo tempo, é opinião local que não houve uma reconversão atempada para novos segmentos, como, por exemplo, o das *scooters*.

As situações mais críticas deixam entrever pesadas estruturas de custos e ausência de estratégias de cooperação com outras empresas para a obtenção de produtos inovadores. As situações de requalificação da produção, em que se pode falar de um reforço da especialização conseguido de forma "ofensiva" são as das empresas que se especializaram em bicicletas de ginástica e em componentes de precisão. Ao mesmo tempo o largo universo das empresas pouco qualificadas cuja criação foi alimentada nas fases de expansão do sector e acelerada pelas "boas" características do sistema produtivo local (a cultura técnica, o espírito de iniciativa, a divisão do trabalho,...) permanece relativamente inalterado e capaz de continuar a absorver mão-de-obra. E porque é que isto é possível?

A resposta tem a ver com uma das "novidades" registadas neste subsector durante os últimos anos. Digamos que houve uma "consagração" local deste estádio produtivo apenas pelo reforço da capacidade de montagem de bicicletas, nalguns casos através da importação de componentes. De facto, foram criadas nos últimos tempos seis empresas de pequena dimensão exclusivamente dedicadas à montagem de bicicletas. Com isso

"validou-se" localmente o sector de peças e componentes existente, alargando o emprego (geralmente indiferenciado e crescentemente feminino) e beneficiando do alargamento do mercado nacional através de novos produtos (a bicicleta de montanha, por exemplo) e de mercados de exportação, designadamente o espanhol, que desinvestiu fortemente nestas actividades. Mas também se fragilizou o sistema produtivo local. De facto, tratou-se de um duplo processo de criação de dependências: ao não se qualificar para estádios mais avançados, regrediu para a montagem de componentes importadas e não foi mais além do que insistir nas capacidades menos avançadas que tinha instaladas.

Também aqui encontramos, de novo, a reprodução do quadro existente, sem evolução qualificante, a par de alguns sinais de evolução a considerar. Faz parte deste último cenário e das possibilidades do seu reforço o papel que possa estar a ser desempenhado pelo Laboratório de Ensaios da Abimota, cuja actividade se iniciou no decurso de 1994.

Os outros sectores da metalomecânica: dois exemplos contrastantes

Outras actividades metalomecânicas que simboliza a indústria de Águeda são a de ferragens e a do mobiliário metálico. Este último conheceu processos de especialização e requalificação que o apetrecharam minimamente. Já o mesmo não parece ter acontecido no das ferragens.

Com efeito, a apreciação feita localmente e as informações recolhidas mostram-nos que se consolidou em Águeda um conjunto de empresas com capacidade de inovação na produção de mobiliário metálico. Facto a sublinhar neste caso é o de se ter verificado (aspecto relativamente inédito em Águeda) a instalação de novos agentes empresariais com investimento directo estrangeiro (foi o que se passou na Cortal). Ao mesmo tempo, outras empresas consolidaram a sua capacidade mantendo as mesmas características originárias, isto é, empresariado de raiz local e pequena dimensão.

O subsector das ferragens, um dos mais antigos do concelho, revela hoje, pelo contrário, uma situação empresarial difícil, sem consagração de capacidade de inovação e sem reestruturações empresariais capazes de superarem a situação dilemática que parece estabelecida.

Daí, pois, dois casos a reter e certamente a concentrarem as atenções no futuro. Enquanto que o primeiro parece estar a consolidar-se sobre factores de competitividade relativamente avançados (*design* próprio, *marketing* agressivo, imagem de marca), o segundo soçobra sob o peso de factores ultrapassados de competitividade que assentam essencialmente em preços reduzidos, em produtos estandardizados de gama baixa.

Qual é o problema e de que maneira é que ele aponta para uma solução?

O conjunto de competências que Águeda criou na metalomecânica gerou uma forte capacidade produtiva (peças e componentes para o chamado sector das duas rodas; produção de bicicletas e motorizadas; ferragens; mobiliário metálico; serviços de tornearia, de "cunhos e cortantes", de cromagem, etc). Isto foi causa e consequência de as pequenas e médias empresas se terem multiplicado, umas a gerarem mercado para as outras, com o próprio sistema local a passar a oferecer para o seu exterior não apenas produtos finais mas uma capacidade produtiva muito diversificada. Deste quadro emergiram pequenos conjuntos de empresas que consolidaram especializações relativamente avançadas: peças e componentes de precisão no sector das duas rodas; subcontratação de qualidade para a indústria automóvel; acordos internacionais qualificantes; novos produtos como é o caso das bicicletas e outros aparelhos para ginástica; mobiliário metálico de altas gamas.

Todavia, estes últimos avanços foram muito limitados e não recriaram uma dinâmica geral como a que tinha sido induzida pelo alargamento da capacidade numa fase favorável de expansão do sistema de empresas. É este o problema. E é a partir daqui que se pode intuir uma evolução para o facto de o quadro de emprego consolidado na metalomecânica não ter gerado novas competências nem novas qualificações, embora continue a gerar emprego novo.

É bom que se tenha em conta que tipo de relações entre empresas é que estiveram na base do alargamento do sistema. Já se disse que a divisão de trabalho e as interdependências de base local existiram. E sabe-se também que umas empresas foram escolas para outras, não só pela mão-de-obra que foram formando e qualificando, como também pelo facto de serem ex-operários ou quadros de algumas que se converteram em empresários noutras.

Houve, portanto, cooperação empresarial de base local. Mas foi uma cooperação informal, implícita. Uma cooperação que se pode reconhecer como realidade objectiva, numa versão que concorre necessariamente com as múltiplas manifestações de individualismo, segredo e apropriação fechada das oportunidades de negócio.

Como é que se pode gerar um (novo) "círculo virtuoso" de iniciativa empresarial? Tratar-se-á, sem dúvida, de uma possibilidade que dependerá muito menos das biografias individuais do que os anteriores ciclos de progresso que a história de Águeda conta. Porque o que está em causa é a criação de factores avançados para a competitividade: recursos humanos muito qualificados; um sistema de inovações tecnológicas; infraestruturas sofisticadas; cooperação empresarial objectiva e subjectiva. Um processo

que há-de implicar muito mais fortemente o Estado e as instituições locais ou aquelas que aí reflectem a sua actividade. E que há-de implicar também alguma ousadia.

Três propostas

A valorização prospectiva das políticas de emprego industrial a gerir localmente em Águeda partem dos pressupostos e concretizam-se nas medidas que a seguir se apresentam.

Defender o emprego e a actual estrutura sectorial: não desindustrializar nos sectores débeis

— O primeiro pressuposto é "defensivo": a presença de um sector tão significativo para o emprego como o do têxtil-vestuário implica que ele seja conscientemente assumido como objecto de acções destinadas à manutenção dos postos de trabalho que tem gerado; dito de outro modo, não é adequado pensar que, pelo facto de o sistema local estar centrado na metalomecânica e de esta ter vindo a absorver mão-de-obra originária do têxtil-vestuário, se deve prescindir deste sector e concentrar a atenção apenas nas zonas de emprego dinâmicas.

Independentemente das situações concretas de cada empresa em crise e mesmo sabendo que não se localizam aqui condições para avançar com as propostas que podem qualificar este sector na economia nacional, parece que importa não retirar este sector do leque dos problemas e que se deve concentrar nos actores nele intervenientes as medidas nacionais disponíveis. As acções em curso de viabilização de empresas devem, por isso, continuar como uma questão importante para as entidades aí actuantes.

Criar apostas de concertação estratégica: de um sistema produtivo local à *empresa-sistema*

— O segundo pressuposto é estratégico: a história industrial de Águeda mostra-nos que se gerou e multiplicou emprego e capacidade industrial porque se configurou cedo um sistema com um vértice de regulação local forte; tratou-se de um pequeno conjunto activo de empresas metalomecânicas com capacidade difusora para o tecido empresarial local. Ora, está em causa reencontrar um novo factor com as mesmas capacidades e resultados. Ele não pode limitar-se a ser local como o anterior terá sido, nem reflectirá certamente percursos e circunstâncias tão individuais como o primeiro: mas há-de ancorar-se no

sistema produtivo actual e maximizar as suas capacidades centrais. Está, pois, em causa identificar o nó central do sistema e definir o seu objectivo estratégico. Na nossa opinião esse nó é a fileira automóvel-"duas rodas"-componentes e o que importa é organizá-la para a internacionalização através de uma entidade local especialmente atenta à inovação tecnológica e à gestão da qualidade da produção local.

Parece certo que, pelas actuais condições de competitividade e pelo baixo patamar de inovação em que as empresas locais ficaram, que essa entidade não nascerá espontaneamente, numa base endógena. Parece também não certo, independentemente de se saber se seria desejável, que uma capacidade deste tipo convirja para Águeda como resultado de um investimento directo estrangeiro. Muito menos está em causa supor uma pura acção de "substituição" da iniciativa local por uma entidade de cariz público. Mas o que parece não oferecer dúvidas é que há uma capacidade produtiva instalada em Águeda que necessita urgentemente de ser revitalizada e requalificada.

A proposta que aqui se faz é a seguinte: que se pense na criação em Águeda de uma empresa de capitais privados, públicos, associativos e sindicais capaz de, em ligação directa com as existentes na fileira automóvel-"duas rodas"-componentes, estabelecer uma actividade própria de produção centrada em novos produtos, gerir infraestruturas de desenvolvimento tecnológico e subcontratar localmente com as empresas de menor dimensão os negócios a que acedesse directa e, necessariamente, em concorrência com as demais. Seria portanto, algo mais do que um *clube de inovação* (os quais, aliás, teriam validade para se criarem em ligação directa com as principais fileiras industriais locais), visto que lhe devia presidir uma lógica empresarial concreta. Chamo-lhe uma *empresa-sistema*.

Esta ideia parte das seguintes constatações: o sistema produtivo local, não ascendeu àquilo que na literatura sobre a industrialização local se chama uma "área-sistema", uma realidade industrial de pequenas e médias empresas suficientemente integrada e qualificada, assente na cooperação interempresarial, com capacidade de inovação e desenvolvimento tecnológico; a iniciativa e funcionamento "espontâneo" não revela mais capacidades do que as que já revelou e, perante isto, deve seguir-se-lhe uma fase de iniciativas voluntaristas; a escala de dimensão que caracteriza o sistema local foi adequada para construir a base do sistema mas não o é para o requalificar; a formação profissional gerida localmente só pode assumir os actores existentes mas não pode, por si, criar novas realidades "consumidoras" de formação avançada.

São fáceis de intuir as dificuldades de uma proposta destas. É óbvio que não há disponibilidade acumulada utilizável de imediato; nem se gera pelo simples enunciado da ideia; nem um processo de concertação estratégica local como este têm tradições

suficientes; o individualismo empresarial é uma realidade inquestionável. Mas a aposta em formas avançadas de cooperação industrial parece-me um passo absolutamente necessário para requalificar um sistema produtivo.

Identificar nichos de mercado qualificantes articulados com a capacidade produtiva existente

No quadro da metalomecânica, há outro subsector que identifica especialmente Águeda, para além da já referida fileira automóvel-"duas rodas": trata-se das ferragens e mobiliário metálico.

São actividades fundadoras da indústria local que apresentam as seguintes características actuais: uma, as ferragens, conheceu uma crise profunda e é notório que não se qualificou para responder a uma procura nacional com segmentos mais sofisticados; outra, o mobiliário metálico, atinge já padrões de qualidade elevados e tem uma estrutura empresarial renovada e activa.

A nossa convicção é que a reestruturação do quadro empresarial das ferragens é inevitável e pode ser muito forte, quiçá dramático. Há localmente a ideia de que se irá assistir a fusões e à falência de empresas de ferragens, num sinal de que haverá alterações da capacidade produtiva. Resta apenas saber se é possível um salto qualificante ou se se insistirá nas formas de concorrência via preço, sem uma lógica de conhecimento de custos e, sobretudo, sem uma estratégia de produção para melhores segmentos de mercado. Mas o que é claro é que, nesta actividade, Águeda nunca respondeu através da oferta de produtos em que o *design* entrasse, substituindo importações.

Pode admitir-se sem dificuldade que não é legítimo dizer-se o mesmo sobre a produção de mobiliário metálico. A estrutura empresarial alterou-se bastante, a oferta de produtos tornou-se mais agressiva, investindo em formas promocionais. Mesmo sabendo que a questão da autonomia e das actuações individuais das empresas é incontornável, parece-nos legítimo que se pergunte: haverá sinergias locais a obter através da concertação destes dois subsectores? O que se passa num é repetível no outro? De que modo pode isso acontecer?

O fomento de uma prática de concertação entre empresas deverá constituir um objectivo central e permanente das acções públicas em Águeda. E tal deveria passar por planos de acção estratégica para as fileiras mais relevantes. Planos capazes de estabelecer compromissos, fazer partilhar projectos qualificantes (no *marketing*, no *design*, na formação profissional, etc.). Isto é, em suma, acções voluntaristas que assumam a

natureza local das potencialidades industriais instaladas, as suas sinergias latentes e a impossibilidade de gerar estádios de produção mais avançados na base dos procedimentos até aqui dominantes. A ideia, já referida, de um *clube de inovação* faria todo o sentido para adquirir capacidade para esta fileira.

Como consideração geral vale a pena ter em mente que em cada ramo de especialização da metalomecânica parece haver um pequeno número de empresas que indiciam processos de modernização produtiva e de afirmação concorrencial, seja acedendo a gamas mais nobres da produção (bicicletas especializadas e instrumentos de precisão), seja apostando no *marketing*, no *design* e na distribuição (mobiliário metálico). A consolidarem-se estes percursos de melhoria da especialização local eles podem ser determinantes de um movimento geral de renovação produtiva local por via de efeitos:

— de demonstração, que serão tanto maiores e mais rápidos quanto o for o sucesso dos "casos-líder";

— de propagação, que serão tanto mais intensos quanto maiores as relações entre as empresa-líder e o restante tecido produtivo local (sejam elas de cliente/fornecedor ou de cooperação/concorrência).

Este movimento, a dar-se, encontrará o seu sentido (e salvaguardará) um tecido produtivo local cuja riqueza maior radica precisamente na sua organicidade.

É também por isso que é de crer que o investimento directo estrangeiro pode trazer um contributo importante ao *upgrading* da metalomecânica do concelho, desde que não signifique apenas a fixação no local de um mero conjunto de tarefas industriais parcelares, que tiram partido do *know how* local e de custos do trabalho menores do que os possíveis em localizações alternativas, por exemplo, da União Europeia. Daí que o IDE mais vantajoso seja aquele que envolve parceria e cooperação entre as empresas locais e empresas estrangeiras que, pela sua posição no mercado, imagem de marca, amplitude e eficiência dos canais de distribuição, capacidade de inovação, possa colmatar as debilidades mais dificilmente superáveis das PME's locais. Esta via da cooperação empresarial internacional pode, pois, ser uma via fecunda de modernização e superação dos bloqueamentos competitivos existentes, tanto mais que o empresariado local tem alguma familiaridade adquirida com este tipo de prática e terá já ultrapassado as reservas iniciais que estas iniciativas naturalmente tendem a gerar num meio empresarial onde o individualismo tem tradição.

Em qualquer caso, a sensibilização nesta área e a disponibilização de informação acerca das oportunidades existentes desempenham aqui um papel decisivo.

Bibliografia

- Coelho, Lina (1996). Uma caracterização industrial da Região Centro. *Oficina do CES* (no prelo).
- Reis, José (1992). *Os Espaços da Indústria: a regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Reis, José (1995a). A economia portuguesa na viragem da década de oitenta: uma síntese prospectiva in *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão - Universidade Técnica de Lisboa.
- Reis, José (1995b). Que há de novo nos movimentos locais de industrialização em Portugal? *Oficina do CES*, 49.
- Reis, José et al. (1996). *Potencialidades e factores de dinamização dos concelhos de Águeda e Estarreja*. Lisboa: IEFP-Instituto de Emprego e Formação Profissional.
- Tolda, João (1995). Inovação empresarial e economia regional da inovação: dados de uma investigação em curso. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 44.